

O fim da “Era das Quentinhas” pela mobilização estudantil: o ressurgimento do Movimento Estudantil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2022

Beatriz Silva Cuellar da Costa¹

Isadora Guerra da Silveira²

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ricardo Sant’Ana Felix dos Santos³

Universidade Federal Fluminense

Resumo: O cotidiano universitário nos relembra como as violências ainda são reproduzidas em um ambiente que deveria ser acolhedor. Se a universidade se torna um local de violência contra nossos corpos, nossas vivências e sobrevivências, este ideal do ambiente acadêmico demonstra-se contraditório. Viver uma realidade na qual sujeitos dependem quase inteiramente de políticas de assistência estudantil, como o restaurante universitário ou a moradia estudantil, coloca-nos à mercê das mais variadas violências dentro da universidade. Ao compreendermos de quais grupos sociais nos referimos quando tratamos da organização e realização de protestos contra o esquema de distribuição de “quentinhas” ao longo dos últimos anos na UFRRJ, vemos nitidamente a necessidade de recuperarmos este acontecimento e suas consequências para um debate sobre vulnerabilidades, identidades e diferenças das experiências de violências dentro da universidade, bem como refletir sobre o papel do movimento estudantil neste contexto. Quando nos identificamos com o local que residimos, nesse caso, o alojamento, a luta pela sobrevivência torna-se cotidiana.

Palavras-chave: políticas de permanência; restaurante universitário; movimento estudantil; violência universitária; moradia estudantil; segurança alimentar.

¹ Estudante de licenciatura em Geografia. Pesquisadora na área de sociologia da educação e políticas de permanência estudantil.

² Estudante de Relações Internacionais. Pesquisadora sobre residências universitárias.

³ Professor do Departamento de Fundamentos Pedagógicos da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Setor de Antropologia. Doutor em Ciências Sociais e Jurídicas pela UFF, mestre em Sociologia Política e bacharel em Antropologia e Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

The end of the “Quentinhas Era” by student mobilization: the resurgence of the Student Movement of the Federal Rural University of Rio de Janeiro in 2022

Abstract: Everyday university life reminds us, every day, of how violence is still reproduced in an environment that should be welcoming. If the university becomes a place of violence against our bodies, our experiences and survivals, this ideal of the academic environment proves to be contradictory. Living in a reality in which subjects depend almost entirely on student assistance policies, such as the university restaurant or student housing, puts us at the mercy of the most varied types of violence within the university. When we understand which social groups we are referring to when we deal with the organization and carrying out of protests against the “quentinhas” (packed food in aluminum dishes) distribution scheme throughout the last years at the Federal Rural University of Rio de Janeiro, we clearly see the importance of recovering this event and the consequences for a debate about vulnerabilities, identities and differences in experiences of violence within the university, as well as reflecting on the role of the student movement in this context. When we identify with the place we live, in this case, the students’ house, the fight for survival becomes routine.

Keywords: permanence policies; university restaurant; student movement; university violence; student housing; food safety.

El fin de la “Era de las Quentinhas” por la movilización estudiantil: el resurgimiento del Movimiento Estudiantil de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro en 2022

Resumen: La vida universitaria cotidiana nos recuerda cómo la violencia todavía se reproduce en un ambiente que debería ser acogedor. Si la universidad se convierte en un lugar de violencia contra nuestros cuerpos, nuestras experiencias y supervivencias, este ideal del entorno académico resulta contradictorio. Vivir una realidad en la que los sujetos dependen casi exclusivamente de políticas de auxilio a los estudiantes, como el restaurante universitario o las residencias estudiantiles, nos pone a merced de los más variados tipos de violencia dentro de la universidad. Cuando entendemos a qué grupos sociales nos referimos cuando abordamos la organización y realización de protestas contra el esquema de distribución de “quentinhas” (comida empacada en platos de aluminio) a lo largo de los últimos años en la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, vemos claramente la necesidad de recuperar este evento y sus consecuencias para un debate sobre vulnerabilidades, identidades y diferencias en las experiencias de violencia al interior de la universidad, así como reflexionar sobre el papel del movimiento estudiantil en este contexto. Cuando nos identificamos con el lugar donde vivimos, en este caso el alojamiento estudiantil, la lucha por la supervivencia se vuelve cotidiana.

Palabras clave: políticas de permanencia; restaurante universitario; movimiento estudiantil; violencia universitaria; vivienda estudiantil; seguridad alimentaria.

Em 2003, o Governo Federal iniciou um processo de expansão e interiorização das universidades públicas, com o objetivo de atender as demandas históricas contra a desigualdade de acesso à educação superior em nosso país, considerando populações marginalizadas e suas regiões. Sendo assim, um dos principais pontos de incentivo foi a criação de políticas de assistência estudantil, visando acabar com as desigualdades socioeconômicas, de gênero, raça, idade ou deficiência, ao longo deste século em nosso país. Em 2008, passa a ser implementado o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil), um marco histórico para o ensino superior, com o objetivo de definir as ações nas universidades para os cursos de graduação presencial. As suas áreas de ação são: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Contudo, não podemos ignorar que apesar dos avanços existentes em nosso país, principalmente durante os governos Temer e Bolsonaro, o ensino superior sofreu um profundo sucateamento e redução financeira, o que prejudicou ainda mais o avanço das políticas de assistência e a permanência das camadas populares dentro das universidades.

Apesar dos ares democratizantes trazido pelo REUNI, Lei de Cotas e PNAES, esses dispositivos são enviesados por algumas contradições, pois mesmo instituindo direitos sociais importantes, foram operacionalizados dentro da ordem do capital e direcionados para atender as demandas de mercado. (SANTOS e LIRA, 2023: 269)

Para tanto, cada vez mais vemos políticas públicas que favorecem o ensino privado ou ensino a distância, havendo uma desvalorização de investimentos nas universidades públicas e também em termos de legitimidade social, descredibilizando cada vez mais a educação pública frente aos grandes conglomerados educacionais (ALMEIDA FILHO, 2016). Outros exemplos que podemos citar além da falta de investimentos e o teto de gastos, por exemplo, é o projeto “Future-se” do governo Bolsonaro, que tinha como objetivo privatizar o ensino superior público.

As estratégias adotadas pelo Estado para enfretamento da crise capitalista contemporânea reverberam na assistência estudantil com o declínio do seu orçamento, que tem se mostrando insuficiente para proporcionar uma cobertura das ações até mesmo para o público que é definido como prioritário no PNAES. (SANTOS; LIRA, 2023: 281)

Com isso, percebemos como a conjuntura nacional influencia no sucateamento da assistência estudantil de forma local nas instituições. E não só dela, mas também é possível apontar reflexos em todo o tripé fundamental da universidade: o ensino, a pesquisa e extensão.

No caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, apelidada por seus frequentadores simplesmente de “Rural”), existem diversas modalidades de assistência estudantil em formato de auxílios, sendo eles: bolsa de apoio técnico; auxílio não financeiro à alimentação; auxílio não financeiro à moradia

(alojamento estudantil); auxílio financeiro ao transporte; auxílio financeiro à moradia; auxílio financeiro à alimentação; auxílio financeiro à acessibilidade; auxílio didático-pedagógico; e auxílio creche.

Um dos elos centrais dessa assistência se reflete no Restaurante Universitário (RU) da UFRJ. Neste trabalho, nos limitaremos ao restaurante do campus de Seropédica, cidade da Baixada Fluminense. Este é um dos espaços que, como em outras universidades públicas, materializam uma das políticas mais fundamentais de assistência estudantil. Ele é o que mais atende estudantes na universidade, responsável por fornecer alimentação a milhares de pessoas pelo preço de R\$ 1,45 (almoço e jantar) e R\$ 0,70 o desjejum. A Rural carrega particularidades quando comparada a outras universidades, pois além de possuir mais de 70% de seus discentes no quadro de vulnerabilidade socioeconômica, abriga uma das maiores moradias estudantis do país. Essas são características que marcam os estudantes universitários, exprimindo a centralidade de determinados corpos quando chamamos a atenção para as violências a que estão submetidos e, consequentemente, a sua situação de dependência das políticas de permanência estudantil:

Quanto à experiência durante a universidade, procuramos identificar as representações sobre os motivos da escolha do curso e da instituição, as condições em que fizeram a graduação, com destaque para a especificidade da universidade [Rural] no que tange à assistência estudantil, mais especificamente os alojamentos e o bandejão, apontado como um aspecto fundamental. (PAULA, 2004: 143)

A infraestrutura do “bandejão” ou “RU” - como é conhecido o restaurante entre seus usuários - é bem grande, constituído por um quadro de 36 servidores efetivos e 64 trabalhadores terceirizados para a produção de até 4.500 refeições por dia, entre desjejum, almoço e jantar, como constatado no site da universidade⁴.

Inaugurado em 1973, em março de 2017 entrou em obras⁵, o que suspendeu a produção de comida em seu interior, com o objetivo de atender a nova demanda de ampliação do projeto REUNI⁶. Apesar da alta expectativa gerada pelos resultados que as obras trariam, o RU ainda não retornou suas atividades normais até a presente data (fevereiro de 2024). A justificativa dada pela universidade é de que ocorreram diversos problemas com as empresas licitadas, ocasionando esse tamanho atraso.

A partir da data de início das obras, o fornecimento de comida para os discentes se deu através de uma empresa terceirizada licitada pela universidade, ofertando milhares de “quentinhas”⁷ – marmitas de alumínio em que a comida vem toda misturada – para serem distribuídas pelo RU. A partir de tal acontecimento, a insatisfação dos estudantes começou. Enormes filas e comida com baixa qualidade passaram a ser a realidade cotidiana. Uma pesquisa (MOTTA e SALDANHA, 2022: 1178) feita com 602 estudantes da universidade, ainda no ano de 2018 apontou o seguinte:

⁴ Disponível em: <https://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-assuntos-estudantis/infraestrutura-do-restaurante-universitario/>. Acesso realizado em: 22/02/2024.

⁵ Conforme Comunicado nº2 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES, 2017). Disponível em: <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/03/PROAES-Comunicado-02-2017-Funcionamento-do-RU-durante-a-execu%C3%A7%C3%A3o-das-OBRAS-DE-REFORMA-E-ADEQUA%C3%87%C3%83O-DE-SUA-INFRA-ESTRUTURA-1.pdf>. Acesso em 27/02/2024.

⁶ REUNI é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, que foi instituído pelo Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), que tem como objetivo principal ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

⁷ Este termo utilizado pelos estudantes reflete a linguagem popular regional, referindo-se às marmitas. Este primeiro uso foi marcado entre aspas para ressaltar o caráter “nativo”. Porém, ao longo do texto, tendo em vista seu uso reiterado, escolhemos não seguirmos utilizando aspas, pela economia textual.

Com base nos resultados da pesquisa quantitativa, constatou-se que os discentes não estão satisfeitos com o serviço investigado, tendo em vista que a média da avaliação geral foi abaixo da nota 5 (ligeiramente satisfeito), que é o primeiro ponto da escala que representa algum grau de satisfação. A avaliação da satisfação geral média dos serviços gerou o seguinte resultado: Restaurante universitário - média de 3,643 (entre ligeiramente insatisfato e neutro).

Na imagem a seguir (figura 1), optamos por ilustrar a forma em que a alimentação era servida e em que condições chegavam nas mãos dos usuários deste serviço estudantil crucial para a rotina da vida acadêmica:



Figura 1 - Registro fotográfico das condições em que as marmitas eram entregues. Fonte: acervo pessoal das autoras.

A insatisfação em relação aos aspectos e qualidade das refeições foi tamanha que gerou reações do movimento estudantil na universidade, que, nos anos seguintes ao início da obra (2018-2019), promoveu diversas mobilizações, exigindo uma melhora na qualidade da comida. Em 2020, com a chegada da pandemia de COVID-19, o RU encerrou suas atividades, seguindo as normas sanitárias vigentes da época, permanecendo fechado até 2022, quando retomou suas atividades. Porém, a princípio atendeu apenas o público dos alojamentos e bolsistas com auxílios de permanência⁸.

Nesse retorno, visando amenizar as reações insatisfeitas dos estudantes em relação às quentinhosas, o RU retomou o modelo que chamaram de “hot box”, consistindo em comida feita na cozinha da empresa terceirizada e entregue em cubas a serem servidas no bandejão. Finalmente via-se uma melhora na qualidade da comida do RU, porém a insatisfação dos demais estudantes, que não eram bolsistas de algum auxílio nem moradores do alojamento, ao não poderem acessar este direito estudantil, foi se intensificando. Por isso, foi feita uma pesquisa por parte da universidade, com participação de menos de 10% do corpo discente, que teve

⁸ Conforme podemos observar na seguinte nota publicada no site da universidade sobre as obras no RU e a retomada parcial da prestação do serviço com o retorno às aulas presenciais: <https://portal.ufrj.br/obras-no-bandejao-o-ru-fica-pronto-para-a-retomada-das-aulas-presenciais/>. Acesso em: 28/02/2024.

como resultado a escolha do retorno das quentinhas para que fosse possível atender a todos os estudantes.

A discente entrevistada Bárbara Santos Leitão conta um pouco do que foram esses anos comendo quentinha:

Tudo começou como a resposta de um trauma muito grande. Eu entrei aqui em 2017, era quentinha e a gente ali perdeu toda a dignidade possível comendo esse tempo nas quentinhas, porque era horrível. Eu me pergunto: Como a gente se submeteu a comer aquela comida? Várias fotos das quentinhas na internet viraram meme. Não tinha nenhuma segurança de nada, comia comida estragada e depois todo mundo tava comentando. O que mais indignou a gente foi saber que as mães já estavam com suas crianças no Posto de Saúde, com intoxicação alimentar, muita gente.⁹

A partir das pesquisas de qualidade e satisfação do RU estudadas e dos relatos colhidos e também vivenciados pelas autoras é que se chega a necessidade de estudar a questão da segurança alimentar e de qual grupo social estamos falando, já que apesar do grande montante de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, será um grupo ainda mais sensível, que se encontra na pobreza ou até em extrema pobreza, dependendo exclusivamente de políticas públicas universitárias assistenciais, que serão os mais afetados e que irão sentir a violência de forma direta, deixando-os com sentimento de abandono e desumanização, como aponta a escritora Judith Butler, sobre os aspectos sensíveis da materialidade da vida e suas condições de inteligibilidade:

Teríamos que interrogar a emergência e o desaparecimento do humano nos limites do que podemos saber, do que podemos ouvir, do que podemos ver, do que podemos sentir. Isso pode nos instigar a, afetivamente, revigorar os projetos intelectuais da crítica, do questionamento, da tentativa de entender as dificuldades e demandas da tradução cultural e do dissenso, e de criar um senso do público no qual vozes de oposição não são temidas, degradadas ou descartadas, mas valorizadas pela instigação à democracia sensata que ocasionalmente realizam. (BUTLER, 2011: 32)

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de observação participante, já que as autoras estiveram presentes em todas as etapas realizadas pelo grupo estudado. Os dados a serem obtidos era o de indagar e buscar evidências sobre o problema da segurança alimentar e das políticas de assistência estudantil na UFRJ, durante o período em que a universidade esteve fornecendo quentinhas aos discentes no RU. Além da observação e participação durante os eventos registrados, foram feitas entrevistas com estudantes que estavam presentes e participaram das mobilizações contra esta realidade, além de registros visuais feitos pelas autoras. Esta pesquisa se limitou a discutir como as políticas públicas ainda não são totalmente efetivas para atender um grupo que se encontra em vulnerabilidade socioeconômica, e elucidar que, em grande maioria, já representa um conjunto marginalizado pela sociedade como um todo, sendo a privação dos seus direitos básicos uma violência diária.

Mobilizações contra as “quentinhas”: insegurança alimentar e o lugar na luta pelos direitos estudantis

O retorno para as quentinhas que atendessem a todo o público estudantil da Rural foi marcado para o dia 30 de maio de 2022, primeiro dia de aula do período letivo de 2022/1. Contudo, isto apresentava uma grande preocupação para alguns

⁹ Entrevista, assim como as demais que se encontram nas páginas seguintes, realizada pelas autoras no dia 24/02/2024.

estudantes, em especial os residentes do alojamento estudantil, como aponta uma de nossas entrevistadas, Anna Luiza Assis de Nogueira Lopes:

Tava todo mundo muito indignado... Principalmente pra gente que é alojado e depende integralmente da comida daqui, é diferente de quem come uma vez ou outra, que tem opção de escolher comer no bandejão, porque nenhum ser humano gostaria de comer aquilo, por espontânea vontade.

Acreditava-se que, com o retorno da pandemia, muitos ingressantes não conheciam o histórico da comida entregue em quentinhas, o que podia dificultar a mobilização estudantil. Porém, a pesquisa que fora feita entre aquela quantidade ínfima do universo estudantil já havia decidido os rumos da alimentação do público, numa decisão que aparentou ser de cunho populista por parte da reitoria.

Colocando os estudantes uns contra os outros, numa luta pela sobrevivência e permanência, o dilema foi imposto: ou ter comida de qualidade aos beneficiários da assistência estudantil direta, ou ter comida para que todos pudessem acessar o RU. Essa escolha, quase que desumana, mostrou como esses corpos são considerados descartáveis e pouco humanos: “apenas escolham!” foi o grito interno que mais ecoou na cabeça dos estudantes naquele momento, nos fazendo refletir sobre o *modus operandi* da tão afamada “liberdade de escolha” em nossa sociedade - e as diferenças existentes entre os sujeitos das escolhas:

a modernidade caracteriza-se duplamente, por um lado, pela produção do novo, da novidade e, por outro, pela fabricação em massa de lixo humano, daquelas vidas que se tornaram inúteis ao funcionamento da máquina de produção capitalista e, por isso, são descartáveis. (FILHO, 2016: 113)

Vale ressaltar que os estudantes que estiveram na linha de frente da mobilização foram o grupo estudantil que reside no alojamento, pois foram os mais afetados e, além disso, não foi a primeira nem a última violência pelos quais seus corpos já atravessaram dentro da universidade e, num todo, na sociedade. Morar, resistir, pertencer, se identificar com o seu lugar de morada foi essencial para todo o processo de mobilização que será detalhado em seguida.

Portanto, a categoria “lugar” como ponto de partida para a ação coletiva e para a subjetivação destes agentes da mobilização na sua luta política, nos remete ao substrato da produção das identidades coletivas, criadas nesta vinculação entre aspectos materiais e simbólicos que se apresentam na experiência cotidiana vivenciada neste ambiente. Apesar das diferenças existentes no público universitário residente no alojamento estudantil, nota-se a identidade política que se costura através dos usos e significados que tanto o alojamento quanto o refeitório, enquanto espaços de sociabilidade, interação e de dinamização da vida estudantil, produzem e, literalmente, nutrem:

Dante de anos de repressão e falta de incentivo é preciso retomar o debate e alimentar reflexões acerca do potencial da moradia estudantil e seu papel de protagonismo na vida universitária, também por seu caráter político, enquanto espaço da coletividade e de mobilização da juventude. (WIESE, ZIN e ZIMMERMANN, 2017: 3)

Por mais que os processos de precarização e embrutecimento da vida universitária apontem para o contrário, o fato é que esses lugares precisam ser vistos como pontos centrais de abastecimento e referência da cultura universitária, isto é, nutrindo os corpos e as pessoas também em termos de laços sociais, políticos e afetivos nesta existência coletiva. Ademais, no cumprimento do papel de acolhimento, proteção e fortalecimento destes sujeitos universitários:

O lugar (...) é o próprio microcosmo que dá sentido à existência; é mais que um lugar antropológico, mais que o *habitus* social ou casulo protetor psicológico: ele é tudo isso ao mesmo tempo, sendo significado geograficamente na relação corpórea e simbólica do sujeito. (TUAN, 1977: 2)

Além disso, o restaurante universitário também se torna um espaço essencial neste cenário de lutas políticas e na constelação de direitos históricos estudantis conquistados, já que é a partir de melhorias na sua infraestrutura que se impulsionaram as fortes mobilizações aqui citadas. O RU para os estudantes da universidade significa um espaço primordial, pois irá garantir alimentação por um preço popular ou gratuito, além de ser um espaço de trocas e aprendizados que se torna um elemento familiar para os seus usuários.

Conforme revisão bibliográfica feita com textos disponíveis sobre o assunto das moradias universitárias (LEITE, BONADIMAN e GASPAR, 2021; GEMELGO e BARROS, 2015; OSSE e COSTA; 2011), notamos a centralidade da experiência de viver e conviver no lugar-território da universidade, e do quanto essa realidade condiciona profundamente a qualidade de vida de sujeitos que dependem exclusivamente de políticas sociais de assistência estudantil, como o direito correlato ao acesso a uma alimentação saudável nos restaurantes universitários, dentre outros auxílios e formas de assistência.

Essas discussões não apenas expõem estas necessidades básicas a serem atendidas para determinados sujeitos e o papel histórico das políticas e das garantias dos direitos estudantis conquistados: os textos chamam a atenção para os impactos na vida acadêmica em termos de rendimento e desempenho escolar, assim como alerta para os processos de subjetivação que podem tanto incentivar quanto minar as chances de que determinados projetos de vida e profissionais tenham êxito para os mesmos sujeitos.

De acordo com o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1966), ratificado por 153 países incluindo o Brasil¹⁰, estabelece que todas as pessoas têm o direito de ter acesso a uma alimentação adequada, tanto em quantidade quanto em qualidade, garantindo assim a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Já segundo o Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR, 2021), a fome deve ser entendida como uma questão de saúde mental:

a fome em si é uma situação basilar que precede outras questões humanas. É preciso pensar sobre qual indivíduo estamos falando: se suas necessidades básicas, como alimentação, higiene, segurança, moradia e sustento estão em alguma medida garantidas. A privação de qualquer um destes fatores já é um desencadeador de sofrimento mental.

Chamar a atenção para o aspecto da precarização nos remete a elementos presentes em fontes consultadas através de entrevistas realizadas com o objetivo de reconstruir este processo. Neste sentido, a entrevistada Bárbara Leitão nos conta sobre as fraturas produzidas nos sentimentos de dignidade pessoal ou humana, e no sentido de submissão e imoralidade presentes nesta situação:

A gente tá numa universidade que não garante alimentação pra gente, em uma universidade que a gente deveria ter o mínimo de permanência estudantil. E aí você deixa estudantes e crianças com fome ou você submete eles a comer aquela comida. A gente estava explicando sobre humanidade, isso aqui é um direito nosso, a gente não tá pedindo favor, tá cobrando um direito nosso

¹⁰ Promulgado pelo Decreto 591, de 6 de julho de 1992 (BRASIL, 1992).

Já no primeiro dia, houve relatos de comida azeda e falta de alguns alimentos essenciais para uma alimentação saudável, como verduras ou saladas, como aponta outro entrevistado, Douglas Mendonça Venâncio:

Tava vindo comida estragada, comida azeda, aquele bafo que deixava a comida com aspecto de velho e molhado, tava deprimente, você se sentia deprimido pra ir bandejar. Isso já era um trauma. Desde 2018 a gente usava uma técnica de não almoçar pra sentir fome suficiente para comer na janta de tão ruim que tava a comida.

No segundo dia, o cenário descrito pelos estudantes foi o mesmo, como conta a ex discente Júlia Linhares, outra entrevistada que afirmou ter tido intoxicação alimentar:

Os alimentos já chegavam estragados na mão dos estudantes, eram diversos alojados que tinham que se alimentar lá café, almoço e janta... Relatos de diversos colegas com intoxicação alimentar por conta das quentinhais que estavam sendo fornecidos pela universidade.

Sendo assim, os jovens se reuniram e caminharam do *hall* dos alojamentos até o gabinete da reitoria, em busca de respostas para suas reivindicações, numa tentativa de valorização de suas vidas e no respeito aos seus direitos. Após esperarem cerca de uma hora, foram atendidos pela reitoria e PROAES (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis), que garantiram a melhora da qualidade da comida. Contudo, como relatam os discentes, nada mudou e então, em mais uma tentativa, foi marcada mais uma mobilização neste processo de levante e insurgência contra a degradação a que estavam submetidos.

Mais uma vez, com muitos estudantes em situação de fome, foi organizada uma caminhada em que se gritaram palavras de ordem até o gabinete da reitoria em busca de soluções. Contudo, ao chegarem, não obtiveram sucesso em serem atendidos. O desespero tomou conta dos discentes, que se dirigiram ao Anfiteatro Gustavo Dutra (“Gustavão”), onde eram apresentadas atividades de introdução à vida acadêmica e universitária aos calouros. Os alunos subiram no palco principal e entoaram palavras de ordem do movimento estudantil, conforme podemos observar na figura 2.



Figura 2 - Momento em que estudantes ocupam o anfiteatro em que ocorria uma apresentação e o acolhimento aos ingressantes no semestre, protestando contra a realidade de insegurança alimentar na universidade. Fonte: acervo pessoal das autoras.

De acordo com Anna Luiza Lopes, sobre o segundo dia de mobilização, em que foi utilizada a estratégia de fazer com que as autoridades conhecessem o estado das marmitas oferecidas e compartilhassem da mesma experiência, comendo da mesma fonte (figura 2):

O pessoal ficou desesperado, foi gritando palavras de ordem até o auditório e teria uma apresentação lá agendada de dança. Então o vice-reitor chegou e mandou a gente sair por causa dessa apresentação. Só que óbvio, a gente com fome, não tinha o que comer. Estávamos indignados com a comida que estava sendo ofertada. E não saímos! Aí a gente ficou lá gritando palavras de ordem. A gente fez cartazes, tudo bem organizado, mesmo com algumas pessoas dificultando... E aí o pessoal falou que não ia sair do auditório enquanto ele não comesse a quentinha, pra ele provar mesmo, porque a gente que é aluno infelizmente depende dessa comida. A reitoria, os professores, vão comer em outros locais, vão bancar comida cara. Então foi nesse sentido mesmo: dele saber o que a gente tava comendo para ele entender o porquê estávamos tão indignados. E aí depois da gritaria, do calor do momento, ele foi e comeu. Por causa do calor muitas quentinhas estragaram, mas aquela que a gente deu para ele não estava estragada, ele comeu uma quentinha normal, só que era tão ruim que, óbvio, ele fez uma cara horrível. Não era bom, não era saboroso. A gente fez como prometido. Assim que ele comeu, a gente saiu e fomos para a porta da reitoria, porque o que queríamos na verdade era um acordo de como resolver essa situação.

A partir daí, toda comunidade universitária e também externa tomou conhecimento geral da mobilização dos estudantes. O clamor dos discentes era por dignidade e comida de qualidade, já que diversas vezes relataram situações de fome por estarem entregando uma comida intragável, com muitos casos até de formigas e outros insetos nas quentinhas, pelo terceiro dia consecutivo.

A violência dentro da universidade tornou-se presente no cotidiano dos estudantes, sendo necessário lutar durante dias por uma necessidade básica de todos: alimentação de qualidade. Colocamos aqui o questionamento do porquê chegar a este ponto, ao saltar aos olhos tanta insensibilidade e descaso com uma situação tão urgente e desesperadora. Ao mesmo tempo, nos propomos a responder este porque: se trata, diretamente, de quais corpos estavam submetidos a esta situação. Em especial, o público dos alojamentos estudantis que em sua esmagadora maioria depende de forma integral do RU para fazer suas refeições diárias.

A partir deste momento, fica claro que os discentes sofreram do sentimento de serem negligenciados e esquecidos pela universidade de maneira reiterada e sistemática, tratando-se de alunos que, em sua maioria, saíram de áreas periféricas da região metropolitana do Rio de Janeiro e se encontravam dentro do quadro de vulnerabilidade econômica e exclusão social. É importante pontuar que muitos deles já são acostumados a estarem em situações onde são marginalizados e deslocados das políticas públicas de assistência, moldando aquilo que Goffman (1981) chamaria de identidade deteriorada provocada pelo estigma.

Não obstante os processos de inclusão da população que historicamente fora alijada do ensino superior público no Brasil nas últimas décadas e que promoveram projetos de superação de barreiras sociais e condicionamentos familiares, nestas circunstâncias observamos os limites alcançados ao não termos avançado o suficiente em termos da efetivação das políticas de permanência e assistência estudantil. A tão sonhada democratização do ensino superior é sistematicamente posta à prova, rompendo expectativas desses sujeitos marginalizados serem reconhecidos, ao menos dentro da universidade pública enquanto sujeitos de dignidade e de outros direitos básicos:

Mas todos nós, como afirma às vezes a sociologia, falamos do ponto de vista de um grupo. A situação especial do estigmatizado é que a sociedade lhe diz que ele é um

membro do grupo mais amplo, o que significa que é um ser humano normal, mas também que ele é, até certo ponto, "diferente", e que seria absurdo negar essa diferença. A diferença, em si, deriva da sociedade, porque, em geral, antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceptualizada pela sociedade como um todo. (GOFFMAN, 1981: 106)

Mais uma vez, sendo tratados como não humanos e não civilizados o bastante para aquele espaço, reproduzindo a dinâmica de subcidadania e de desumanização que torna algumas vidas e os imaginários sociais que as atravessam mais precárias que outras:

O desfazer da percepção da perda – a insensibilidade humana à dor e ao sofrimento – torna-se o mecanismo por meio do qual a desumanização se consuma. Este desfazer da percepção não se consuma nem dentro, nem fora da imagem, mas através da própria moldura que contém a imagem. (BUTLER, 2011: 30)

Na outra ponta desta reflexão, somos instados a refletir sobre o caráter de solidariedade e também a identificação que estão implícitas na relação de interação social e que colocam no horizonte da ação a concretização de uma intencionalidade coletiva com base na experiência compartilhada e nas formas de sensibilização de quem não se encontra neste mesmo lugar social: “A concepção da empatia como uma vivência, como reconhecimento do outro como outro eu, desdobra-se eticamente como um movimento de compreensão da experiência do outro, um testemunho sensível daquilo que ele vive” (RANIERI e BARREIRA, 2012: 12).

É assim que, após a saída dos discentes do Anfiteatro Gustavão, eles foram recebidos pelo reitor, que garantiu o retorno do modelo *hot box* dentro de determinado período de tempo. Isto foi uma importante vitória para os estudantes penalizados pela situação tão constrangedora quanto intolerável. Porém, nas refeições que se sucederam, a qualidade continuava a mesma, até chegar no seu auge numa sexta-feira do começo de junho de 2022. Durante o almoço, o RU encerrou suas atividades na metade do expediente após a equipe técnica do restaurante constatar que todas as quentinhas estavam estragadas e impróprias para o consumo humano.

Tal situação deplorável e humilhante para os alunos, gerou mais uma mobilização até a reitoria, em busca de respeito à comunidade discente. Ao chegarem lá, foram recebidos e conseguiram, assim, a sua vitória concreta: chegava ao fim a dura “Era das Quentinhas”, sendo assegurado pelo reitor que, no dia seguinte, retornariam ao *hot box*.

Vale ressaltar outras conquistas do movimento, como a criação da Comissão de Segurança Alimentar no Conselho Universitário da UFRRJ, com representantes discentes, docentes e técnicos administrativos, para acompanhar as atividades do RU, as obras em curso e a ampliação do horário do bandejão, com o objetivo de sanar o problema das enormes filas. Em sua entrevista já trazida anteriormente, a estudante Bárbara também comentou: “Uma coisa que eles batiam o pé e falavam: ‘não dá pra ser na bandeja; se for na bandeja vai ficar com fome; não dava de jeito nenhum’ e aí a mobilização mostrou que dava sim”.

A reorganização do movimento estudantil da UFRRJ pós-pandemia: motor da luta pela segurança alimentar

Para entendermos o que levou esse grupo de estudantes a se organizar na luta pela melhoria do RU, será preciso entender como estava o movimento estudantil na universidade de forma geral, bem como suas entidades representativas, para

que assim seja elucidado através de outra perspectiva o motivo de tanta indignação e mais uma vez o sentimento de abandono, negligência e as diferenças de tratamento e consideração sofridas por esse grupo.

O movimento estudantil da UFRRJ encontrava-se inerte na época da “Era das Quentinhas”, pois, apesar de ter uma gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE), a mesma era mais próxima da reitoria do que dos estudantes. Tal fato torna a “mobilização contra as quentinhas” ainda mais importante para o corpo discente, sendo essa a primeira grande movimentação dos alunos após o período pandêmico. Além disso, seus principais agentes foram estudantes residentes do alojamento estudantil, um espaço composto por alunos em vulnerabilidade socioeconômica, que se sentem abandonados pela administração central da universidade, carecendo de recursos básicos para sobreviver.

Tal análise de quais identidades estamos retratando aqui nos faz entender os motivos dessa luta ser tão simbólica para a comunidade discente, assim como entender o porquê esse grupo social sempre estar na linha de frente das lutas políticas e sociais, como explicita a autora já anteriormente citada: “Chegando à Universidade, mais do que os cursos, é o alojamento o grande núcleo de aglutinação das lutas, como o bandejão também” (PAULA, 2004: 216).

Para as organizações estudantis, a pandemia trouxe problemáticas nunca antes impostas, principalmente no que tange a mobilização, assembleias e atos sempre foram as formas das pessoas se organizarem politicamente. Contudo, no cenário pandêmico, sem poderem se encontrar presencialmente e sem as ruas disponíveis, estes espaços anteriormente importantes para a articulação dos estudantes foram impactados e uma readaptação totalmente nova às circunstâncias tornou-se necessária.

De acordo com o relato de discentes entrevistados e como evidenciado acima, o DCE vigente na época não prestou apoio ao movimento espontâneo dos estudantes, apenas publicando uma nota sobre o ocorrido no começo de junho, após os discentes engajados com o movimento terem encerrado os acordos com a reitoria.

Tal situação enfraqueceu não só essa pauta, mas todo o movimento estudantil da UFRRJ na época, pois o Diretório Central dos Estudantes é a figura de representação máxima dos discentes na universidade, carregando um grande peso histórico de lutas e mobilizações, e que no momento aqui exposto não estava cumprindo seu papel de engajar e representar a comunidade estudantil.

Contudo, essa ausência do DCE não impediu que os estudantes se mobilizassem e continuassem projetando o histórico do movimento estudantil da Rural, de lutas e vitórias para a categoria. A discente Anna Luiza Lopes, que posteriormente assumiu o cargo de coordenadora geral do DCE na gestão que se sucedeu, elucida:

Na minha avaliação, esse foi um passo fundamental dos estudantes se unirem de novo, porque estávamos voltando de uma pandemia, as aulas estavam retornando... O movimento estudantil estava desestabilizado, muita gente que entrou não sabia como fazer movimento estudantil e aquilo ali mostrou que, se a gente se une, às coisas dão certo. Então dali pra frente o pessoal passou a ser mais ativo; a saber que a gente tem direito de cobrar mais. Muitos procuraram estar em coletivos ou pelo menos tiveram algum tipo de consciência sobre isso de ser representante de algum espaço.

Alguns dados do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRRJ¹¹ (2021), com período de vigência 2023-2027, no ano de 2021, apontam para 16.900 estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica; 51% não são atendidos

por auxílios ou bolsas, contudo todos os discentes possuem acesso ao RU. Além disso, o plano também aponta para cerca de 1.107 estudantes alojados, sendo 633 nos alojamentos femininos e 474 nos alojamentos masculinos.

Por isso, os discentes que se encontram no quadro de vulnerabilidade socioeconômica e que dependem de políticas de permanência para sobreviver na universidade normalmente serão os principais agentes da luta por mais políticas públicas e a manutenção das já existentes, como explicita uma tese sobre o movimento estudantil da UFRRJ utilizada como uma de nossas referências: “A origem social e a trajetória escolar despontam como influência importante na disposição do estudante de ingressar no movimento estudantil, reforçada pela intensa convivência no campus” (PAULA, 2004: 7).

Ao falar de um grupo social que depende exclusivamente de políticas de assistência para permanecer na universidade, podemos ver como o medo da segurança alimentar e a vontade de serem vistos enquanto seres humanos e agentes de sua própria vida movimentam essas pessoas. Pois mesmo sem ter uma representação ativa, elas conseguiram se organizar em prol de seus direitos básicos.

Sendo assim, quando tratamos de segurança alimentar, em especial do público alvo deste artigo - que são discentes que dependem de políticas de assistência para se manter - é claro como a precarização dessa pauta afeta esse grupo. Como citamos no início do texto, as políticas de assistência estudantil têm como prioridade minimizar as desigualdades e diminuir a evasão das classes mais pobres. Contudo, ao falarmos de um ponto tão importante para a sobrevivência dos estudantes, sendo considerado um direito básico é inegável a qualquer ser humano, a garantia a segurança alimentar, gera preocupação vermos que até mesmo dentro do meio universitário temos casos de precarização alimentar.

A garantia da oferta de refeições adequadas em relação às necessidades energéticas e nutricionais aos comensais é um dos principais objetivos do RU. No planejamento das refeições além da adequação nutricional, devem ser considerados os custos acessíveis, as boas condições higiênico-sanitárias e características sensoriais atrativas. A alimentação saudável e adequada é promotora de saúde, minimiza os riscos de desenvolvimento de doenças e favorece melhores condições de aprendizado aos acadêmicos. (ARAÚJO, 2017: 103-115)

Considerações finais

A partir do exposto, podemos concluir que a UFRRJ é uma universidade com estudantes que em sua maioria são filhos e filhas das classes mais pobres, e foi justamente esse grupo, moradores e moradoras do alojamento estudantil, que esteve à frente nas mobilizações pelo fim das quentinhas, por segurança alimentar e por respeito àqueles marginalizados pelo sistema capitalista e pela estrutura educacional ainda tão hierarquizada.

A violência universitária ocorre de diversas formas diariamente e esses estudantes sentem no seu cotidiano as políticas públicas empurrarem-nos para sua saída dos espaços acadêmicos, decidindo que a universidade não é um local onde esses corpos devem estar. Tal fato pode ser comprovado vendo todas as situações impostas, pois como iriam estudar e produzir trabalhos acadêmicos com fome? E no caso das estudantes que são mães e moram no alojamento com seus filhos, muitos deles bebês ou crianças ainda mais vulneráveis?

O direito à alimentação digna e de qualidade não foi considerado um debate importante, muito menos urgente para quem tinha os instrumentos do poder em mãos para resolver o problema de imediato, como relata o discente Douglas Ve-

nâncio: “A gente não teve diálogo; não queriam dialogar com a gente e tratavam com um tom bem debochado”. A entrevistada Júlia Linhares também aponta como esses sentimentos de negligência e abandono estavam presentes nos estudantes: “O reitor fingindo que não estava na sala, os trabalhadores da Rural não nos respeitando, [fomos] sendo olhados com cara torta”.

Assim, quando falamos de violência universitária, não se pode deixar de citar a violência estrutural e institucional advinda de um descaso com a dignidade humana, como o ocorrido na UFRRJ, onde estudantes em vulnerabilidade social tiveram sua segurança alimentar colocada em risco. Ao se sentirem negligenciados, se organizaram para lutar por melhorias na sua condição de vida e principalmente pelo seu direito de permanecer na universidade, ainda um espaço elitizado e de reprodução de violência para as classes mais pobres. A entrevistada Júlia ainda pontua sobre a luta dos discentes: “Se nós não lutarmos por uma alimentação digna, ninguém vai. O reitor estava se alimentando bem e a gente se não comesse aquilo ficava com fome”.

*Recebido em 28 de fevereiro de 2024.
Aprovado em 13 de setembro de 2024.*

Referências

- ALMEIDA FILHO, Naomar de. A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges vs. vikings. *Revista Lusófona de Educação*, 32: 11-30, 2016.
- ARAÚJO, A. M.; MELO FILHO, J. M.; PINTO, R. J.; MACHADO, W. R. B.; SILVA, A. C. G. C. Análise da qualidade em um restaurante universitário através da ferramenta SERVQUAL. *Exacta*, 15 (4): 103-115, 2017.
- BRASIL, Decreto Federal 591, 1992.
- BRASIL, Decreto Federal 6.096, 2007.
- BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, 1: 13-33, 2011.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA-PR. *Por que a fome deve ser entendida como questão de saúde mental?*, 2021.
- FILHO, A. R. J. A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis. *Revista de Psicologia*, 28 (1): 111-117, 2016.

GEMELGO, F. D. A. K.; BARROS, D. D. Sentimento de desterritorialização e o desafio da autoestima na experiência da moradia estudantil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 23 (4): 803-814, 2015.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara 1981

LEITE, S. D. T.; BONADIMAN, L. H.; GASPAR, E. Y. Sobre as moradias estudantis universitárias brasileiras: uma revisão sobre sua influência na afiliação à universidade. *Revista Humanidades e Inovação*, 8 (44): 294-305, 2021.

MOTTA, L. D; SALDANHA, V. A. J. Grau de satisfação dos alunos em relação aos serviços do Restaurante Universitário de uma instituição pública de ensino superior: uma abordagem sob o enfoque da pesquisa de marketing. *Revista Gestão e Conhecimento*, 16 (3): 1158-1182, 2022

OSSE, C. M. C.; COSTA, I. I. D. *Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), UnB, 2010.

PAULA, L. A. L. *O movimento estudantil na UFRuralRJ: Memórias e Exemplaridade*. Tese (Doutorado em Educação), PUC-RJ, 2004.

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PROAES/UFRRJ). Comunicado PROAES. Fev. 2017.

RANIERI, L. P.; BARREIRA, C. R. A. A empatia como vivência. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 23: 12-31, 2012.

SANTOS, A. E. D. ; LIRA, T. S. V. Crise, recrudescimento do neoliberalismo e seus reflexos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). *O social em questão*, 1 (55): 261-286, 2023.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. S/L: Eduel, 1977.

UFRRJ. *Plano de Desenvolvimento Institucional*, 2022.

UFRRJ. *Dados sobre a Assistência Estudantil*, 2024.

UFRRJ. *Bolsas e Auxílios ao Estudante*, 2024.

VENÂNCIO, Cris. Obras no bandejão. O RU fica pronto para a retomada das aulas presenciais? *Portal institucional de notícias da UFRRJ*. Imagens de Fernanda Barbosa. 11 fev. 2022.

WIESE, S. R.; ZIN, P. J.; ZIMERMANN, G. K.; SILVA, V. B. E. Moradia Estudantil: Território da Coletividade. *Anais da XVII ENANPUR* (XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional). São Paulo, 2017.

VOLUME 12
NÚMERO 28
(JAN./ABR. 2025)

PRAZO FINAL
DE SUBMISSÃO:
30 DE JANEIRO
DE 2025

ACENO
REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS

DOSSIÉ TEMÁTICO:

ANTROPOLOGIAS DOS DESERTOS:
ECOLOGIAS, POVOS E COSMOLOGIAS
ENTRE OS VAZIOS E AS ABUNDÂNCIAS
DE UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

COORDENADORXS:

DRA. ANTONELA DOS SANTOS (UBA/CONICET)
DR. GABRIEL RODRIGUES LOPES (UFS)
DR. PEDRO EMILIO ROBLEDO (UNC/CONICET)

Na América Latina, a palavra 'deserto' adquire conotações que vão além do geográfico-ambiental. Diversas noções de deserto influenciaram as definições político-ideológicas dos diferentes projetos coloniais e nacionais na região, desempenhando um papel central tanto nas crônicas coloniais quanto nas discussões relacionadas aos processos de consolidação dos Estados-nação. Além das características locais adquiridas por esse fenômeno, em todos os casos certos territórios foram vistos e conceituados como inóspitos e vazios não devido as suas condições ambientais, mas sim a rejeição de seus habitantes a modos de vida baseados na exploração capitalista dos recursos. Esses territórios, hostis a colonização, foram geralmente associados ao sombrio e ao selvagem, assim como a improdutividade e ao atraso. Estigmas que perduram até os dias atuais para justificar iniciativas político-econômicas de mapeamento e conquista territorial em nome da civilização, da razão e do progresso. É notório que esses lugares designados como desertos são marcados pela violência, subordinação, deslocamento e exploração laboral das populações locais, bem como pela implementação de projetos extrativistas em larga escala, do tipo plantation, como o cultivo de cana-de-açúcar, café, espécies para curtume, assim como a produção pecuária e a extração de minerais. Portanto, embora a construção dos desertos americanos seja, em princípio, discursiva e ideológica, suas implicações geralmente se traduzem em reconfigurações ecológicas e demográficas em larga escala. O contexto atual, marcado por uma crise política e ecológica generalizada, colocou em destaque a discussão sobre os desertos, mostrando que eles constituem territórios humanos altamente dinâmicos e de grande vitalidade, atravessados por conflitos ideológicos, ontológicos e epistemológicos com os quais diversos atores que os habitam, transitam e/ou os conceituam tem que enfrentar. Este dossiê se propõe a mapear comparativamente essas 'outras faces' dos territórios que tem sido habitualmente concebidos e/ou construídos como desertos na América Latina, reunindo textos que explorem etnograficamente como e até que ponto as ideias e práticas cotidianas daqueles que habitam esses espaços tensionam a distinção entre a vida e a não vida, o vazio e a abundância, consideradas uma premissa pouco questionável em outros tipos de teorizações. Interessa-nos refletir de forma conjunta sobre o enredo superpovoado de ritmos, experiências, ideias e histórias humanas e mais-que-humanas que constituem esses territórios, assim como sobre os efeitos antropológicos de estar, ou ter estado, neles.